

STJ00119862

José Rodrigues Pinheiro

Tratado da arbitragem

SCOR
Editora
TECCI

Copyright© José Rodrigues Pinheiro

5141/1 – 1000 – 264 2010

O conteúdo desta obra é de responsabilidade do(a) autor(a),
proprietário(a) do Direito Autoral.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pinheiro, José Rodrigues
Tratado da arbitragem / José Rodrigues
Pinheiro. -- São Paulo : Scortecci, 2010.

Bibliografia
ISBN 978-85-366-1732-9

1. Arbitragem (Direito) I. Título.

10-02765

CDU-347.918

Índices para catálogo sistemático:

1. Arbitragem : Direito processual 347.918

Grupo Editorial Scortecci

Scortecci Editora

Caixa Postal 11481 - São Paulo - SP - CEP 05422-970

Telefax: (11) 3032-1179 e (11) 3032-6501

www.scortecci.com.br

editora@scortecci.com.br

Livraria e Loja Virtual Asabeça

www.asabeça.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - ARBITRAGEM - CONCEITUAÇÃO E ANTECEDENTES	17
1.1 CONCEITO	17
1.2 ANTECEDENTES DA ARBITRAGEM	19
1.3 ACEITAÇÃO DA ARBITRAGEM NO BRASIL.....	24
CAPÍTULO - II NATUREZA “JURISDICIONAL” DA ARBITRAGEM	29
2.1 CONCEITO DE JURISDIÇÃO	29
2.2 PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	34
2.2.1 Princípio da investidura.....	34
2.2.2 Princípio da aderência ao território	36
2.2.3 Princípio da indelegabilidade	37
2.2.4 Princípio da inevitabilidade	38
2.2.5 Princípio da inafastabilidade (ou do controle jurisdicional) .	39
2.2.6 Princípio do juiz natural	43
2.2.7 Princípio da inércia	44
2.3 ESPÉCIES E LIMITES DA JURISDIÇÃO	45
2.3.1 Espécies de jurisdição	45
2.3.2 Limites da jurisdição	46
2.3.3 Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	47
2.3.3.1- Jurisdição contenciosa	47
2.3.3.2 Jurisdição voluntária	48
2.4 ARBITRAGEM E JURISDIÇÃO	49
CAPÍTULO III - ARBITRAGEM NO DIREITO COMPARADO	74
3.1 ARBITRAGEM NA UNIÃO EUROPÉIA	74
3.1.1 Arbitragem na Itália	78

3.1.1.1 Breve notícia sobre a organização judiciária italiana	78
3.1.1.2 Organização da arbitragem	80
3.1.1.3 Quem pode ser árbitro?	82
3.1.1.4 Responsabilidade dos árbitros	83
3.1.1.5 Custas e honorários	83
3.1.1.6 Rejeição de árbitros	84
3.1.1.7 Procedimento	85
3.1.1.8 Exceção de incompetência	87
3.1.1.9 Provimentos cautelares	88
3.1.1.10 Questões incidentais	88
3.1.1.11 Laudo arbitral	89
3.1.1.12 Depósito, intimação e homologação do laudo	90
3.1.1.13 Correção do laudo arbitral	91
3.1.1.14 As impugnações	92
3.1.1.15 Impugnação por nulidade	92
3.1.1.16 Natureza jurídica da arbitragem na Itália	93
3.1.2 Arbitragem na Alemanha	98
3.1.3 Arbitragem na França	104
3.1.4 Arbitragem na Espanha	108
3.1.5 Arbitragem em Portugal	109
3.2 ARBITRAGEM NOS PAÍSES DO MERCOSUL	113
3.2.1 Arbitragem na Argentina	113
3.2.2 Arbitragem no Paraguai	116
3.2.3 Arbitragem no Uruguai	118
3.2.4 Arbitragem na Venezuela	120
3.2.4.1 Arbitralidade	120
3.2.4.2 Cláusula compromissória e compromisso	121
3.2.4.3 Competência dos árbitros	121
3.2.4.4 Medidas cautelares	121
3.2.4.5 Formas de arbitragem	122
3.2.4.6 Laudo, nulidades e recursos	122
3.2.4.7 Homologação e <i>exequatur</i> do laudo arbitral	124
3.2.5 Arbitragem no Chile	124

CAPÍTULO IV - COMENTÁRIOS À LEI BRASILEIRA

DA ARBITRAGEM	126
4.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS	126
4.2 COMPETÊNCIA ARBITRAL	128
4.3 ARBITRALIDADE DOS CONTRATOS DE DIREITO PÚBLICO	128
4.4 CAPACIDADE DAS PARTES E DIREITOS EM QUESTÃO ...	128
4.5 ARBITRAGEM DE DIREITO E ARBITRAGEM DE EQUIDADE. REGRAS APLICÁVEIS	129
4.6 A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM E SEUS EFEITOS	132
4.7 A NATUREZA JURÍDICA DO COMPROMISSO	136
4.8 A CLÁUSULA NOS CONTRATOS DE ADESÃO	138
4.9 OBRIGATORIEDADE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA VAZIA	139
4.10 A AÇÃO DE INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM	141
4.11 DECISÃO DO ÁRBITRO SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	146
4.12 DADOS DO COMPROMISSO ARBITRAL	148
4.13 EXTINÇÃO DO COMPROMISSO ARBITRAL	150
4.14 CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA COMO DEFESA EM JUÍZO	152
4.15 DAS PESSOAS QUE PODEM EXERCER A ARBITRAGEM	158
4.16 ADIANTAMENTO DE VERBAS	161
4.17 IMPEDIDOS DE FUNCIONAR	161
4.18 RECUSA DO ÁRBITRO	163
4.19 EQUIPARAÇÃO DOS ÁRBITROS A FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	165
4.20 ÁRBITRO: JUIZ DE FATO E DE DIREITO	169
4.21 RESPONSABILIDADE CRIMINAL DOS ÁRBITROS	175
4.22 RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ÁRBITROS	177
4.23 DO PROCEDIMENTO ARBITRAL	178
4.24 DO RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	183

4.25 ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CPC PELA LEI DA ARBITRAGEM	185
4.26 PROCEDIMENTOS ANTECIPATÓRIOS NA ARBITRAGEM	186

CAPÍTULO V - DISCIPLINA GERAL DA INEFICÁCIA DOS ATOS JURÍDICOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO ..	
6.1 DISCIPLINA GERAL DA INEFICÁCIA DOS ATOS JURÍDICOS	188
6.2 MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS ..	192
6.2.1 Apelação	196
6.2.2 Ação declaratória de nulidade	197
6.2.3 Ação rescisória	197
6.2.4 <i>Querela nullitatis</i>	201

CAPITULO VI - DISCIPLINA GERAL DA INEFICÁCIA DO LAUDO ARBITRAL E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .	
6.1 GENERALIDADES	207
6.2 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO LAUDO ARBITRAL ..	211
6.3 NULIDADES DO LAUDO ARBITRAL E DA ARBITRAGEM	213
6.3.1 Quando for nulo o compromisso arbitral	215
6.3.2 Quando o laudo emanou de quem não podia ser árbitro ..	215
6.3.3 Quando o laudo não contiver os requisitos do art. 26 dessa Lei	216
6.3.4 Quando o laudo for proferido fora dos limites da convenção de arbitragem	217
6.3.5 Quando o laudo não decidir todo o litígio submetido à arbitragem	218
6.3.6 Quando o laudo for proferido pela influência de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva	218
6.3.7 Quando a decisão for proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, inciso III, desta Lei	219

6.3.8 Quando forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, dessa Lei.....	219
6.4 MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES ARBITRAIS...	220
6.4.1 Considerações gerais	220
6.4.2 Embargos de declaração (art. 30, da Lei de arbitragem) ...	225
6.4.3 Ação de nulidade da sentença arbitral	225
6.4.4 Ação de nulidade proposta por terceiro	229
6.4.5 Ação de nulidade com fundamento em violação de direito.....	229
6.4.6 Ação rescisória do laudo arbitral	230
6.4.7 Mandado de segurança contra ato ilegal de árbitro	231
CAPÍTULO VII - EXECUÇÃO DO LAUDO ARBITRAL ...	235
7.1 GENERALIDADES	235
7.2 O ROL DO ART. 741, DO CPC	241
7.3 EXECUÇÃO DO LAUDO ARBITRAL HOMOLOGATÓRIO	244
7.4 EXECUÇÃO DO LAUDO ARBITRAL ILÍQUIDO	246
7.5 EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO LAUDO ARBITRAL	248
7.6 COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DO LAUDO ARBITRAL.....	249
7.7 CONCLUSÃO	250
CONCLUSÕES	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255